

**OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Mensuração do ativo de contrato da concessão

Conforme divulgado na Nota Explicativa N° 7, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 148.494 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração da Companhia para estimar os gastos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da Administração da Companhia. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato da concessão e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato da concessão;
- (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato;
- (iii) análise da determinação de margem no projeto em construção, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos;
- (iv) leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;
- (v) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo;
- (vi) análise da eventuais passivos a serem considerados em decorrência do compromisso de construção e operação, tanto operacionais, financeiros e regulatórios; e
- (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Administração são adequados, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Balanço Patrimonial | Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.951.695	5.563.047
Contas a receber	5	408.926	236.740
Impostos recuperar	6	329.108	248.006
Despesas antecipadas		262.792	47.487
Ativo de contrato de concessão	7	12.348.944	10.602.441
Outros ativos circulantes	8	51.545	21.136
		16.353.010	16.718.857
Ativo não circulante			
Ativo de contrato de concessão	7	136.145.009	133.690.179
Despesas antecipadas		122.457	-
Outros ativos não circulantes	8	56.240	56.240
Imobilizado		-	32.271
Intangível		-	8.961
		136.323.706	133.787.652
Total do ativo		152.676.716	150.506.509
Passivo e patrimônio líquido		31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Empréstimos		-	305.882
Debêntures	9	4.889.749	4.201.603
Fornecedores	10	739.293	522.438
Obrigações sociais e trabalhistas		57.505	53.271
Obrigações tributárias	11	259.033	249.866
Dividendos a Pagar	15.2	-	2.432.452
Juros sobre Capital Próprio a Pagar		2.007.353	334.497
Encargos Setoriais	12	491.575	205.872
		8.444.508	8.305.881
Não circulante			
Debêntures	9	83.167.375	83.920.946
Juros sobre capital próprio		2.007.354	-
Tributos diferidos PIS COFINS	13	9.188.452	8.816.611
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	33.709.028	32.407.001
		128.072.209	125.144.558
Patrimônio líquido	15		
Capital social		6.650.001	6.000.001
Reservas de lucros		9.509.998	10.972.445
		16.159.999	16.972.446
Total do passivo e patrimônio líquido		152.676.716	150.506.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do Resultado | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	16	19.484.847	26.834.084
Custo da operação	17	<u>(1.048.712)</u>	<u>(3.628.095)</u>
Lucro bruto		18.436.135	23.205.989
Despesas operacionais	17	<u>(3.918.089)</u>	<u>(3.660.988)</u>
Resultado bruto		14.518.046	19.545.002
Outras Receitas			
Outras Receitas		-	788.253
		-	788.253
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		314.548	383.972
Despesas financeiras		<u>(8.923.305)</u>	<u>(6.143.155)</u>
		(8.608.757)	(5.759.183)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		5.909.288	14.574.071
IRPJ e CSLL corrente	19	-	(1.460.163)
IRPJ e CSLL diferido	19	(1.302.027)	(1.338.650)
Lucro líquido do exercício		4.607.261	11.775.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	4.607.261	11.775.258
Resultado abrangente	4.607.261	11.775.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivo fiscal		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.000.001	1.729.243	56.944.276	5.061.239	-	69.734.759
Dividendos adicionais - anos anteriores	-	-	(62.021.495)	-	-	(62.021.495)
Reserva legal - atendimento ao limite legal societário	-	(529.243)	529.243	-	-	-
Juros sobre capital próprio deliberado em assembleia	-	-	(334.497)	-	-	(334.497)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.109.756	12.109.756
Incentivo fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	-	1.929.668	(1.929.668)	-
Incentivo fiscal - Reinvestimento BASA	-	-	-	115.780	(115.780)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.516.077)	(2.516.077)
Lucros a realizar	-	-	7.548.231	-	(7.548.231)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.000.001	1.200.000	2.665.758	7.106.687	-	16.972.446
Aumento de capital social	650.000	-	-	-	-	650.000
Reserva legal - atendimento ao limite legal societário	-	130.000	-	-	(130.000)	-
Juros sobre capital próprio deliberado em assembleia	-	-	(6.069.707)	-	-	(6.069.707)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	4.607.261	4.607.261
Lucros a realizar	-	-	4.477.261	-	(4.477.261)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.650.001	1.330.000	1.073.311	7.106.687	-	16.159.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa | Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo do exercício antes dos impostos	4.607.261	12.109.756
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos	97.282	59.023
Juros e correção debêntures	8.619.395	5.657.650
Remuneração do ativo de concessão	(14.431.931)	(14.037.654)
Depreciações e amortizações	309.077	16.328
PIS e COFINS diferidos	371.841	364.192
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.302.027	1.338.650
	874.952	5.507.945
Variação nos saldos de ativos e passivos		
Redução/(aumento) nos saldos dos ativos		
Contas a Receber	10.058.412	9.725.575
Impostos a recuperar	(81.102)	(125.233)
Despesas antecipadas	(337.762)	(30.584)
Outros ativos	(30.408)	86.256
Aumento/(redução) nos saldos dos passivos		
Redução/(aumento) de Encargos setoriais		
Fornecedores	216.855	(47.203)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.234	12.869
Obrigações tributárias e parcelamentos tributários	9.168	461.971
Aumento/(redução) de Parcelamento Tributário		
Aumento/(redução) de Outras Obrigações		
Encargos setoriais	285.703	(859.442)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	11.000.052	14.732.154
Pagamento de IRPJ e CSLL		(1.460.160)
Pagamento de juros de empréstimos	(9.324)	(97.282)
Pagamento de juros de debentures	(6.682.246)	(1.924.655)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	4.308.482	11.250.057
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do Imobilizado e intangível	(267.845)	(25.784)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimentos	(267.845)	(25.784)
Atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos mínimos e adicionais	(4.255.575)	(64.250.000)
Emissão da II Debenture	-	55.000.000
Pagamento de principal e juros de empréstimos	(393.841)	(420.564)
Pagamento de principal e juros de debentures	(2.002.573)	(2.155.162)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(6.651.989)	(11.825.726)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(2.611.352)	(601.453)
Caixa e equivalentes no início do exercício	5.563.047	6.164.500
Caixa e equivalentes no fim do exercício	2.951.695	5.563.047
	(2.611.352)	(601.453)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. (“ONTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2016 e está estabelecida na Rua Pequetita, nº 215, Conj. 42, Sala 05, Vila Olímpia, CEP: 04552-060, São Paulo, SP. O objeto social consiste na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, a operação e a manutenção da instalação. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 5 de outubro de 2016, a Ourilândia do Norte Transmissora Energia S.A. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 021/2016 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Caracterizada no anexo 6W do Edital do Leilão nº 13/2015 – ANEEL, descrita a seguir: Instalações de transmissão no estado do Pará, composta pela subestação Onça Puma, em 230/138 kV, 2x100 MVA; conexões de unidades trifásicas de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A subestação Onça Puma em 230/138 kV entrou em operação no dia 21 de junho de 2018.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 8.760.000, valor histórico. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir da data do leilão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

No âmbito do processo administrativo ANEEL 48500.004686/2019-11 a ANEEL convalidou a transferência de ativos de transmissão para a Companhia que eram de interesse restrito do consumidor livre VALE S.A. – Mineração Onça Puma (“VALE MOP”) em data anterior à data de operação comercial das instalações da ONTE. Referidos ativos estão caracterizados no instrumento de transferência não onerosa celebrado entre a Companhia e a Vale MOP em 2018 e consistem, essencialmente, em (a) uma linha de transmissão em 230KV, circuito duplo, com cerca de 181 km, localizada entre a Subestação Integradora (operada pela Eletronorte) e a Subestação Onça Puma; e (b) setor de 230 kv da Subestação Onça Puma e instalações associadas. A ANEEL estabeleceu nos termos da Resolução Autorizativa 10.032/21 e da Resolução Autorizativa 11.279/22 os valores devidos à Companhia a título de adicional de RAP para cobertura dos custos de operação e manutenção dos referidos ativos recebidos. Adicionalmente, a Companhia identificou a necessidade de investimentos adicionais nos ativos recebidos da Vale MOP em virtude de requisitos de atualização tecnológica previstos nos Procedimentos de Rede do ONS, bem como para reparos e correções de parte dos ativos quando eram de titularidade da Vale MOP. A ANEEL reconheceu que os referidos investimentos são necessários e atribuiu a responsabilidade financeira dos montantes associados às adequações e correções à distribuidora CELPA (atual Equatorial Pará Distribuidora) e à VALE MOP. Atualmente a Companhia encontra-se em discussão com a ANEEL e com a Vale acerca da fixação dos valores adicionais de RAP que deverão ser pagos pela Vale a título de remuneração, via encargos de conexão, em contrapartida aos investimentos a serem efetuados pela Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria em 03 de abril de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC endossados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor até 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

2.2. Base de preparação, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado do outro modo.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- **Mensuração de ativo ou passivo fiscal diferido;**
- **Mensuração de contratos de concessão;**
- **Importância segura e riscos a serem cobertos – Seguros.**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção (quando aplicável).

- **Momento de reconhecimento do ativo contratual:**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- **Determinação da margem de lucro**

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade do projeto, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, também na entrada em operação do projeto, e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de preço/receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

- **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual**

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro do projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital do projeto.

Estas taxas são estabelecidas na data do início do contrato de concessão ou projetos, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado.

- **Determinação das receitas de infraestrutura;**

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável, aplicável quando da entrada em operação. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) será estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

- **Determinação das receitas de operação e manutenção**

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.3. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.4. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações contábeis para fins regulatórios, e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações contábeis societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma Companhia que auditou as demonstrações contábeis para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de cada ano.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço público de transmissão de energia. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

• Ativo de concessão – financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão, tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

• Ativo de contrato de concessão

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do contrato, estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo, através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido as imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados à: aplicações financeiras.

- Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem a finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e a geração de fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados à: (i) caixa e bancos; (ii) empréstimos; (iii) debêntures e (iv) fornecedores.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.8. Tributação

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%;

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

Correntes

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000,00 (base trimestral) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são conhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.10. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.11. Encargos regulatórios

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Companhia de Pesquisa Energética (EPE):

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas até o fim da concessão.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):

O valor da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP até o fim da concessão.

3.12. Reconhecimento de receita

A Companhia aplica o CPC 47 – Receita de Contratos com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplica as orientações do Ofício CVM nº 04/2020 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades do projeto e do leilão.

A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual e é determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.13. Mudanças nas principais políticas contábeis

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia estão descritas a seguir.

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- Emissão das primeiras normas de divulgação de sustentabilidade pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), IFRS S1 e S2 – A IFRS S1 estabelece os principais conteúdos requeridos para um conjunto completo de divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e exige que a entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, que possam provavelmente ser esperados e possam afetar as perspectivas da entidade. Este efeito sobre as perspectivas da entidade refere-se ao seu fluxo de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo. A IFRS S2 exige que a entidade informe sua exposição a riscos e oportunidades relacionadas ao clima. Tanto a S1, quando a S2, estão em processo de tradução e posterior consulta pública, pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). Espera-se que a versão final adequada das normas para a realizada brasileira ocorra em 2024, de forma obrigatória para companhias abertas e as demais de forma voluntária.

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis, entretanto, acreditam que não terão impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos - conta movimento	1.495.734	1.378.440
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.455.961	4.184.607
	2.951.695	5.563.047

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, em menos de 90 dias, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média 90% do CDI.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	408.926	236.740
	408.926	236.740

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida – RAP faturada mensalmente conforme determinação da ANEEL.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	86.510	70.634
Vencidos		
Vencido de 1 a 90 dias	109.418	2.380
Vencido de 91 a 180 dias	34.989	130.686
Vencido a mais de 181 dias	178.009	33.041
	408.926	236.740

A administração entende que não há risco de perda estimada para os títulos em aberto, visto que, os mesmos, estão sendo monitorados na tentativa de recuperação do crédito por meio de pleito de pagamento via sistema ONS. Em determinados casos, é possível acionar o mecanismo via execução de garantias associadas aos contratos de conexão, do qual foram celebrados pelos usuários do sistema de transmissão, procedimento que é padrão na Companhia.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis | Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



6. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda – saldo negativo	210.580	138.830
CSLL – saldo negativo	39.148	35.239
Imposto de renda	31.621	28.877
CSLL retido na fonte	31.133	28.432
Imposto de renda retido na fonte	15.578	15.578
IR e CSLL clientes	820	820
PIS e COFINS clientes	230	230
	329.108	248.006

7. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão:

TRAF (a)	Saldo em 31/12/2022	Juros, Atualizações monetárias e outros (c)	PIS e COFINS Diferidos	Recebimentos (d)	Saldo em 31/12/2023
11,05 % a.a.	144.292.620	14.431.931	371.841	(10.602.440)	148.493.953
Circulante	10.602.441				12.348.944
Não circulante	133.690.179				136.145.009

TRAF (a)	Saldo em 31/12/2021	Juros, Atualizações monetárias e outros (c)	PIS e COFINS Diferidos	Recebimentos (d)	Saldo em 31/12/2022
11,05 % a.a.	139.991.224	14.037.654	364.191	(10.100.448)	144.292.621
Circulante	10.100.448				10.602.441
Não circulante	129.890.776				133.690.180

8. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	96.912	76.332
Outros adiantamentos	10.873	1.054
	107.785	77.376
Circulante	51.545	21.136
Não circulante	56.240	56.240
	107.785	77.376

9. Debêntures

	Venc.to. final	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures (a)	nov/39	6,15% a.a. + IPCA	31.038.648	31.516.201
Debêntures (b)	jan/44	9,52% a.a. + IPCA	57.309.783	56.897.655
			88.348.431	88.413.856
(-) Custo de transação (c)			(291.307)	(291.307)
			88.057.124	88.122.549
		Circulante	4.889.749	4.201.603
		Não circulante	83.167.375	83.920.946
			88.057.124	88.122.548

- (a) Em 15 de novembro de 2019 foram emitidas 30.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com amortização em 40 parcelas, sendo o primeiro vencimento em 15 de maio de 2020 e o último em 15 de novembro de 2039.
- (b) Em 16 de agosto de 2022 foram emitidas 55.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com amortização em 43 parcelas sendo o primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2023 e o último em 15 de janeiro de 2044.
- (c) A 2ª emissão de debêntures incorreu em custos que foram reconhecidos como redutores e serão apropriados de acordo com a amortização da respectiva dívida, conforme CPC 08 (R1).

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos das debêntures:

	31/12/2023	31/12/2022
2022	-	-
2023	-	4.201.603
2024	4.889.749	4.201.603
2025	4.889.749	4.201.603
2026	4.889.749	4.201.603
Após 2027	73.387.877	71.316.139
	88.057.124	88.122.549

Cláusulas contratuais

Todas as exigências e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de debêntures estão sendo devidamente observadas e atendidas pela Companhia. As principais cláusulas restritivas são:

- Referente a alienação fiduciária de ações em garantia das debêntures, da cessão dos direitos emergentes da concessão, e da conta vinculada, que deve ser mantido saldo equivalente a uma parcela vincenda da amortização atualizada da debênture e do pagamento dos juros moratórios ou emissão de fiança bancária de igual valor em substituição à conta vinculada.

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") apurado conforme demonstrações financeiras regulatórias preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em 31 de dezembro de 2023 os *covenants* foram cumpridos.

10. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de Materiais e Serviços	739.293	522.438
	739.293	522.438

Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço.

11. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS a recolher	132.249	126.492
INSS a recolher	105.303	100.100
ISS a recolher	9.247	7.315
CSLL/PIS/COFINS retido na fonte	5.277	6.708
Imposto de renda retido na fonte	4.035	4.510
FGTS a recolher	2.861	4.740
ICMS a recolher	61	-
	259.033	249.866

12. Encargos Setoriais

	31/12/2023	31/12/2022
P&D - Projetos	455.363	184.341
FNDCT	15.231	14.354
MME	7.615	7.177
CDE (a)	-	-
Proinfa (b)	13.366	-
	491.575	205.872

- (a) A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem como finalidade conceder descontos tarifários aos usuários de baixa renda, rural, irrigante; custear a geração de energia nos sistemas isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; os saldos foram quitados dentro do exercício.

- (b) O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), possui o propósito de fomentar a presença de fontes alternativas de energia diversificando assim a matriz energética do país.

13. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	1.639.021	1.572.693
COFINS diferido	7.549.431	7.243.918
	9.188.452	8.816.611

Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo inicial	95.314.709	91.377.503
Adições/Exclusões temporárias - Receita de ativo de contrato	4.019.897	3.937.206
Base de cálculo final	99.334.606	95.314.709
Passivo não circulante		
PIS diferido	1.639.021	1.572.693
COFINS diferido	7.549.430	7.243.918
	9.188.451	8.816.611
Resultado do exercício		
PIS diferido	66.328	64.964
COFINS diferido	305.312	299.228
	371.841	364.192

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. Abaixo a composição:

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis | Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	24.786.050	23.828.677
Contribuição social diferida	8.922.978	8.578.324
	33.709.028	32.407.001

A seguir a base de cálculo:

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo inicial	95.314.709	91.377.503
Adições/Exclusões temporárias - Receita de ativo de contrato	3.829.491	3.937.206
Base de cálculo final	99.144.200	95.314.709
Passivo não circulante		
IR diferido	24.786.050	23.828.677
CS diferida	8.922.978	8.578.324
	33.709.028	32.407.001
Resultado do exercício		
IR diferido	957.373	984.301
CS diferida	344.654	354.348
	1.302.026	1.338.650

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social:

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2023 é representado por 17.316 (dezesesseis mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre acionistas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
FIP Kavom (a)	17.316	100%	16.666	100%
	17.316	100%	16.666	100%

- (a) Em 12 de maio de 2023 a companhia aprovou o aumento de capital social no montante total de R\$650.000, mediante a emissão de 650 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.000 por ação.

15.2. Destinações do lucro do exercício

As destinações foram calculadas da seguinte forma:

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis | Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	4.607.261	12.109.756
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	(130.000)	-
Estorno de Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social		529.243
Lucro após as destinações obrigatórias	4.477.261	12.638.999
(-) Reservas para subvenções e reinvestimento (b) (c)	-	(2.045.448)
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	(6.069.707)	(334.497)
Base Cálculo Dividendo (metade do lucro líquido diminuído da reserva legal e subvenção)	(1.592.446)	10.259.054
Reserva de lucros a realizar exercícios anteriores	2.665.758	-
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (d)	-	(7.593.296)
Lucros a Destinar (d)	1.073.312	2.665.758

(a) Reserva legal

Do lucro líquido apurado do exercício, será deduzido a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excedera 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva legal estava representado em 18,05% do capital social, desta forma, foram constituídos 1,98% sobre o lucro líquido do exercício, montante total de R\$ 130.000.

(b) Reserva de incentivo fiscal – Subvenção SUDAM

Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará, concedido pela SUDAM, no montante de R\$ 1.929.668 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.699.282 em 2021). As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

(c) Reserva de incentivo fiscal – Reinvestimento

Incentivos fiscais do imposto de renda para pessoas jurídicas com empreendimento em operação na área de atuação da SUDAM, com o benefício do reinvestimento de 30% do Imposto devido, no ano de 2022 foi de R\$ 115.780, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023. O incentivo fiscal possibilita uma melhoria nas condições de competitividade da empresa no mercado. A este valor, a pessoa jurídica deve adicionar 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida) e depositar o total desta soma no Banco da Amazônia (BASA).

(d) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Conforme determinado no Estatuto Social, a Companhia, poderá, a qualquer tempo, levantar os balancetes em cumprimento aos requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Também poderá pagar aos seus acionistas, por deliberação de Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Abaixo a composição dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.850.574	2.228.505
Dividendos adicionais deliberados em assembleia	-	62.021.495
Dividendos pagos no exercício	(2.516.077)	(64.250.000)
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	6.069.707	334.497
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(2.389.497)	-
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	2.516.077
Saldo final	4.014.707	2.850.574

O pagamento de dividendos em 2023 referente ao exercício de 2022, foi aprovado pelas assembleias gerais e ordinárias e extraordinárias ocorridas em 28 de abril de 2023.

A Companhia deliberou pelo pagamento de Juros sobre capital próprio durante o exercício de 2023 os quais foram imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme autorizado pelo § 7º do artigo 9º da Lei 9.249/95. O saldo remanescente ficará na Reserva de lucros.

(e) Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2023 apresenta o montante de R\$ 1.073.312 (R\$ 2.665.758 em 2022), a sua destinação deverá ser deliberada pelos acionistas em assembleia geral.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração dos ativos da Concessão	14.431.931	14.037.654
Receita de Transmissão da Rede Básica	8.512.136	18.964.193
(a)		
Receita de O&M	1.346.624	1.282.865
(-) Encargos Setoriais	(3.252.543)	(5.127.032)
(-) Tributos sobre a receita	(1.553.301)	(2.323.596)
	19.484.847	28.834.084

- (a) A Companhia recebeu no exercício de 2022 as parcelas adicionais da Receita Anual Permitida (RAP), referente ao período de 21/06/2018 à 30/06/2021, no valor de variação R\$ 10.452.057, para a operação e manutenção das instalações de transmissão, que foram transferidas para a Companhia pela VALE MOP, em função do Contrato de Concessão nº 21/2016-ANEEL, de 05 de outubro de 2016, nos termos do Anexo I com "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.032, DE 25 DE MAIO DE 2021".

17. Custos operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Terceiros	(2.973.498)	(4.876.203)
Outros	(1.041.715)	(383.570)
Pessoal	(951.588)	(618.890)
Reforço de linha	-	(1.410.420)
	(4.966.801)	(7.289.083)
Custo da operação (a)	(1.048.712)	(3.628.095)
Despesas operacionais	(3.918.089)	(3.660.988)
	(4.966.801)	(7.289.083)

Conforme citado na NE 16 - Receita operacional líquida, a Companhia incorreu em custos específicos para a operação e manutenção da linha de transmissão e instalações recebidas pela transferência da Vale, sendo R\$ 1.410.420 destinados a linha de transmissão e R\$ 1.493.244 referente aos serviços de terceiros necessários para a operação das instalações.

18. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	305.112	368.251
Outras receitas financeiras	9.436	15.721
	314.548	383.972
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(8.619.395)	(5.518.419)
Outras despesas financeiras	(294.586)	(192.957)
Juro sobre empréstimos	(9.324)	(97.282)
	(8.923.305)	(6.143.155)
	(8.608.757)	(5.759.183)

19. Crédito (despesa) de Imposto de renda e contribuição social

Abaixo a conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro real:

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis | Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	5.909.288	14.908.569
Despesa de IRPJ e CSLL calculada a alíquota de 34%	-	(5.068.913)
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM (a)	-	1.929.668
Incentivo fiscal - IRPJ - Reinvestimento (b)	-	115.780
Adições/Exclusões temporárias e permanentes	(6.069.707)	224.652
Despesa de IRPJ e CSLL	-	(2.798.813)
Alíquota efetiva	-	20%
IRPJ e CSLL (corrente)	-	(1.460.163)
IRPJ e CSLL (diferido)	(1.302.027)	(1.338.650)

(a) A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. O benefício possui algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; e

(a) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

20. Instrumentos financeiros

Identificação dos principais instrumentos financeiros:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Ativo financeiro				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	2	1.455.961	4.184.607	2.853.552
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa		1.495.734	1.378.440	3.310.948
Contas a receber		408.926	236.740	226.057
Passivo financeiro				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos		0	305.882	764.706
Debêntures		88.348.431	88.413.856	31.544.716
Fornecedores		739.293	522.438	569.541

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito**

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

- **Risco de preço**

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (Nota 1.2).

- **Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

21. Passivos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos da Companhia e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2023, conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, há 2 (dois) processos administrativos e 1 (um) processo judicial avaliados o grau de risco de perda possível e não provisionados, evidenciando-se a seguir as discussões objeto de tais processos:

- (a) mandado de segurança perante a vara única de Ourilândia do Norte/PA no qual a Companhia obteve liminar para não ser submetida ao pagamento de preço público pelo uso do domínio público afeto à prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica conforme legislação municipal de Ourilândia do Norte/PA (Lei nº 004/2006 e do Decreto nº 040/2021), com valor de causa de R\$ 432.026,90 (atualizado para dez/2023);
- (b) processo administrativo perante a Secretaria Estadual da Fazenda Pará referente a impugnação de auto de infração referente a suposta utilização indevida de crédito tributário de ICMS no valor total de R\$ 196.383,02 (atualizado até dezembro de 2023, incluindo principal, multas, juros e correção monetária);
- (c) processo administrativo perante a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMAS) com impugnação de auto de infração por suposto descumprimento de condicionante da licença de operação relacionada a apresentação de autorização para destinação de resíduos sólidos gerados pelo empreendimento. O auto de infração não especificou valores de pecuniários eventualmente devidos pela Companhia.

Riscos tributários

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados.

No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2023, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia, exceto conforme mencionados no item precedente classificados como risco de perda possível pelos assessores legais da Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A	
APÓLICE:	960 0000003114/ Endosso 40000004546
TIPO:	Compreensivo Empresarial - Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 227.051.241,81
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 481.267,66
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	05/07/2023 a 05/07/2025

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis | Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em reais (R\$)



FATOR SEGURADORA S.A	
APÓLICE:	1005100002115/ Endosso 00000
TIPO:	Responsabilidade Civil Geral
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral Não Padronizado
VALOR SEGUADO:	R\$ 15.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 24.735,00
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	18/11/2023 a 18/11/2024

23. Partes relacionadas e remuneração da Administração.

Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 não houve transações com partes relacionadas, conforme NE – 8 – Outros ativos.

Remuneração da administração

Os Administradores são acionistas indiretos e não receberam remunerações fixas e, variáveis entre os anos de 2023 e 2022.